

Prova objetiva e discursiva – Nível Superior

Analista Judiciário - Área de Apoio Especializado - Especialidade - Comunicação com Habilitação em Jornalismo TIPO 1 – BRANCA

Informações Gerais

1. Você receberá do fiscal de sala:
 - a) este caderno de prova, contendo 70 questões objetivas, o tema de redação;
 - b) uma folha destinada às respostas das questões objetivas;
 - c) um caderno de respostas destinado à redação.
2. Verifique se seu caderno está completo, sem repetição ou falhas, com cinco alternativas de resposta (A, B, C, D e E) para cada questão objetiva. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
3. As questões são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
4. Ao receber a folha de respostas da prova objetiva você deve:
 - a) conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade.
 - b) ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas;
 - c) marcar na folha de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - d) assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
5. Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - a) qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - b) levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - c) será eliminado do concurso o candidato que, durante a realização da prova, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como *iPod*, *smartphone*, telefone celular, agenda eletrônica, aparelho MP3, *notebook*, *tablet*, *palmtop*, *pendrive*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. O candidato que estiver portando algo definido ou similar ao disposto neste subitem deverá informar ao fiscal da sala, que determinará o seu recolhimento em embalagens não reutilizáveis fornecidas pelos fiscais, as quais deverão permanecer lacradas durante todo o período da prova, sob a guarda do candidato.
6. O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
7. O tempo disponível para a realização da prova é de **5 (cinco)** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
8. Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
9. Somente após decorridos **noventa minutos** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova sem, contudo, levar o caderno de provas.
10. Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
11. Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
12. A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
13. Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
14. Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **27/01/2015**, no endereço www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjba.
15. O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será de 0h do dia **28/01/2015** até as 23h59 do dia **29/01/2015**, observado o horário oficial, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjba, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Língua Portuguesa

Texto 1 – “A história está repleta de erros memoráveis. Muitos foram cometidos por pessoas bem-intencionadas que simplesmente tomaram decisões equivocadas e acabaram sendo responsáveis por grandes tragédias. Outros, gerados por indivíduos motivados por ganância e poder, resultaram de escolhas egoístas e provocaram catástrofes igualmente terríveis.” (*As piores decisões da história*, Stephen Weir)

1

A primeira frase do texto 1, no desenvolvimento desse texto, desempenha o seguinte papel:

- (A) aborda o tema de “erros memoráveis”, que são enumerados nos períodos seguintes;
- (B) introduz um assunto, que é subdividido no restante do texto;
- (C) mostra a causa de algo cujas consequências são indicadas a seguir;
- (D) denuncia a história como uma sequência de erros cometidos por razões explicitadas a seguir;
- (E) faz uma afirmação que é comprovada pelas exemplificações seguintes.

2

As palavras “tragédias” e “catástrofes” foram empregadas no texto 1 para:

- (A) repetir a mesma ideia contida em “erros memoráveis”;
- (B) construir a coesão textual entre os períodos;
- (C) dimensionar a gravidade dos erros cometidos;
- (D) intensificar a razão humana que conduz a erros;
- (E) mostrar a visão parcial de um dos lados dos fatos históricos.

3

Os dois últimos períodos do texto 1 mostram um paralelismo semântico ou sintático, que só NÃO se realiza no seguinte par de termos:

- (A) muitos / outros;
- (B) foram cometidos / gerados;
- (C) pessoas bem-intencionadas / indivíduos motivados por ganância e poder;
- (D) tomaram decisões equivocadas / provocaram catástrofes;
- (E) grandes tragédias / catástrofes igualmente terríveis.

4

O texto 1 mostra seguidamente a participação do enunciador no assunto veiculado; o segmento em que essa participação está exemplificada de forma inadequada é:

- (A) seleção de adjetivos subjetivos: “grandes tragédias”;
- (B) dúvida tendenciosa: “motivados por ganância e poder”;
- (C) opinião particular: “pessoas bem-intencionadas”;
- (D) parcialidade no julgamento: “catástrofes terríveis”;
- (E) análise pessoal: “escolhas egoístas”.

5

No texto 1, a palavra “bem-intencionada” aparece grafada com hífen; o Novo Acordo Ortográfico diz que “Nas palavras em que o primeiro elemento é *bem-*, a regra geral é o emprego do hífen, não importando se o segundo elemento começa por vogal ou consoante”. Sobre esse caso, a afirmação correta é:

- (A) a palavra foi mal grafada, pois deve ser escrita sem hífen;
- (B) a palavra foi bem grafada já que se trata da junção de um advérbio de modo + adjetivo;
- (C) a palavra foi bem grafada, pois se trata de um adjetivo composto com um elemento de valor prefixal;
- (D) a palavra foi mal grafada, visto que não se trata de um vocábulo, mas de dois;
- (E) a palavra foi bem grafada, pois houve mudanças nesse emprego, com as novas regras.

Texto 2 - “A saga do rapto de Helena e a subsequente Guerra de Troia continuam sendo um dos melhores exemplos dos perigos da luxúria. No todo, a história sugere quão imprudente é para um hóspede na casa de um homem levar consigo, ao partir, a esposa do anfitrião. Acrescentamos a esse erro crasso a dupla idiotice da raiva e da inveja, agravadas quando o marido abandonado, Menelau, insistiu nos direitos de um velho tratado e arrastou todo o seu reino e os dos vizinhos em missão de vingança. Muitos deles demoraram quase vinte anos na guerra e no retorno, para não falar na maioria que morreu, deixando os lares e as famílias no desamparo e na ruína – mal sobrevivendo, sugerem os registros, a assédios diversos e a desastres naturais.” (*Menelau e a esposa perdida*, Stephen Weir)

6

O erro histórico aludido nesse texto 2 inclui um conjunto de defeitos humanos; aquele que está caracterizado de forma imperfeita, por NÃO fazer parte do texto, é:

- (A) a imprudência do hóspede, que sequestrou a mulher de Menelau;
- (B) o espírito de vingança de Menelau, que arrastou os reinos gregos para a Guerra de Troia;
- (C) a irresponsabilidade de alguns heróis, que deixaram suas famílias ao desamparo;
- (D) a raiva e a inveja do marido traído, que provocou o conflito entre gregos e troianos;
- (E) a beleza de Helena, que seduziu o hóspede do marido.

7

“A saga do rapto de Helena e a subsequente Guerra de Troia continuam sendo um dos melhores exemplos dos perigos da luxúria.”

Sobre os componentes desse segmento do texto 2, a afirmação correta é:

- (A) os termos “de Helena” e “de Troia” desempenham a mesma função sintática;
- (B) a saga do rapto de Helena e a Guerra de Troia são acontecimentos sucessivos, sendo o segundo causa do primeiro;
- (C) o verbo “continuar” é um verbo de ligação, expressando mudança de estado;
- (D) a Guerra de Troia, segundo o texto, é o exemplo mais importante dos problemas trazidos pela luxúria;
- (E) na expressão “perigos da luxúria”, o termo “da luxúria” representa a causa dos “perigos” aludidos.

8

No texto 2, os elementos sublinhados se referem a termos anteriores; a correspondência identificada corretamente é:

- (A) consigo / um hóspede;
- (B) esse erro / a imprudência de Helena;
- (C) seu / do hóspede;
- (D) os / os erros;
- (E) que / muitos deles.

Texto 3 - Sobre esse acontecimento referido no texto 2, o historiador grego Heródoto disse o seguinte: “Até então, não houvera de uma parte e de outra mais do que raptos; depois do acontecido, porém, os Gregos, julgando-se ofendidos em sua honra, fizeram guerra à Ásia, antes que os asiáticos a declarassem à Europa. Ora, conquanto lícito não seja raptar mulheres, dizem os Persas, é loucura vingar-se de um rapto. Manda o bom senso não fazer caso disso, pois sem o próprio consentimento delas decerto não teriam as mulheres sido raptadas.” (Heródoto, *História*).

9

No texto 3, Heródoto relativizou o ocorrido, por meio da seguinte estratégia:

- (A) retirando importância de uma declaração de guerra;
- (B) mostrando os raptos como acontecimentos aceitáveis;
- (C) indicando a colaboração de Helena no próprio rapto;
- (D) revelando a licitude do ato de raptar mulheres;
- (E) demonstrando que a vingança não é fruto do bom-senso.

10

No texto 3 há uma série de marcas que indicam antiguidade; entre elas, a que formalmente mostra uma variação antiga é:

- (A) a referência a fatos antigos da história grega;
- (B) a utilização constante da forma simples do mais-que-perfeito;
- (C) uso de termos raros como “conquanto”;
- (D) a repetida inversão de ordem sintática;
- (E) o emprego da voz passiva.

11

A forma verbal “houvera”, no texto 3, corresponde à forma simples do mais-que-perfeito do indicativo do verbo haver; as formas compostas equivalentes a essa forma simples são:

- (A) era havido / tinha havido;
- (B) tinha havido / havia havido;
- (C) havia havido / seja havido;
- (D) seja havido / tinha sido havido;
- (E) tinha sido havido / era havido.

12

“conquanto lícito não seja raptar mulheres”; a forma dessa frase que modifica o seu sentido original é:

- (A) ainda que lícito não seja raptar mulheres;
- (B) apesar de lícito não ser raptar mulheres;
- (C) mesmo que lícito não seja raptar mulheres;
- (D) malgrado lícito não seja raptar mulheres;
- (E) se lícito não é raptar mulheres.

13

“julgando-se ofendidos em sua honra”; essa frase do texto 3 poderia estar corretamente expressa numa oração desenvolvida por:

- (A) após se julgarem ofendidos em sua honra;
- (B) quando se julgaram ofendidos em sua honra;
- (C) caso se tenham julgado ofendidos em sua honra;
- (D) dado que se julgaram ofendidos em sua honra;
- (E) por se julgarem ofendidos em sua honra.

Texto 4 – “O caminho para baixo era estreito e íngreme, e tanto os homens quanto os animais não sabiam onde estavam pisando, por causa da neve; todos os que saíam da trilha ou tropeçavam em algo perdiam o equilíbrio e despencavam no precipício. A esses perigos eles resistiam, pois àquela altura já se haviam acostumado a tais infortúnios, mas, por fim, chegaram a um lugar onde o caminho era estreito demais para os elefantes e até para os animais de carga. Uma avalanche anterior já havia arrastado cerca de trezentos metros da encosta, ao passo que outra, mais recente, agravava ainda mais a situação. A essa altura, os soldados mais uma vez perderam a calma e quase caíram em desespero.” (Políbio, *Histórias*).

14

Esse texto 4 fala de um outro erro histórico, cometido por Aníbal, general de Cartago, que pretendeu chegar a Roma atravessando os Alpes durante o inverno.

Entre as razões abaixo, aquela que NÃO deve ser vista como causa dos problemas enfrentados pelo exército de Aníbal é:

- (A) a estreiteza do caminho nas montanhas;
- (B) a não identificação do traçado dos caminhos;
- (C) a grande altura por que passavam as tropas;
- (D) a existência comum de avalanches;
- (E) o nervosismo e o desespero dos soldados.

15

“pois àquela altura já se haviam acostumado a tais infortúnios”; O termo “àquela altura” se refere:

- (A) ao momento por que passavam;
- (B) à altitude das montanhas;
- (C) à dimensão dos caminhos;
- (D) ao modo por que atravessavam os caminhos;
- (E) à consequência dos fatos anteriores.

16

“tanto os homens quanto os animais”; “todos os que saíam da trilha ou tropeçavam em algo”. Nesses dois segmentos do texto 4, os conectores tanto/quanto e ou indicam, respectivamente:

- (A) comparação e alternância;
- (B) semelhança e alternância;
- (C) adição e adição;
- (D) comparação e adição;
- (E) adição e alternância.

17

“A(1) esses perigos eles resistiam, pois àquela(2) altura já se haviam acostumado a(3) tais infortúnios, mas, por fim, chegaram a(4) um lugar onde o caminho era estreito demais para os elefantes e até para os animais de carga.”

Nesse segmento do texto 4 há quatro ocorrências numeradas da preposição A; dessas quatro ocorrências, as exigidas pela regência verbal são:

- (A) 1-2-3;
- (B) 2-3-4;
- (C) 1-2-4;
- (D) 1-3-4;
- (E) 1-2-3-4.

18

“Uma avalanche anterior já havia arrastado cerca de trezentos metros da encosta, ao passo que outra, mais recente, agravava ainda mais a situação. A essa altura, os soldados mais uma vez perderam a calma e quase caíram em desespero.”

A troca de posição de termos desse segmento que altera o sentido original é:

- (A) uma avalanche anterior / uma anterior avalanche;
- (B) já havia arrastado cerca de trezentos metros da encosta / havia arrastado da encosta cerca de trezentos metros;
- (C) agravava ainda mais a situação / agravava mais ainda a situação;
- (D) os soldados mais uma vez / os soldados uma vez mais;
- (E) quase caíram em desespero / caíram quase em desespero.

19

Duas formas verbais sucessivas do texto 4 que mostram sucessão cronológica de ações são:

- (A) sabiam / estavam pisando;
- (B) saíam / tropeçavam;
- (C) perdiam / despencavam;
- (D) resistiam / haviam acostumado;
- (E) chegaram / era.

20

“chegaram a um lugar onde o caminho era estreito”; nesse segmento do texto 4 ocorre o emprego correto do vocábulo sublinhado. A frase abaixo em que o emprego do mesmo vocábulo também mostra correção é:

- (A) Os soldados sentiram desespero pelo momento onde todos estavam.
- (B) Em função do mau tempo por onde passavam, decidiram mudar o caminho.
- (C) No final da tarde, onde as nuvens se escondiam, tudo era mais perigoso.
- (D) Na viagem, onde tudo era desconhecido, as surpresas preocupavam.
- (E) No meio da noite, onde o medo aumenta, o comandante tranquilizava a todos.

Legislação Específica**21**

Carmem, servidora pública estadual ocupante de cargo efetivo, foi aposentada por invalidez por doença psiquiátrica. Meses depois, Carmem se recuperou da enfermidade e, desejando regressar ao serviço público, ajuizou ação ordinária em face do Estado da Bahia. Durante a instrução probatória, por meio de perícia judicial que ratificou a nova conclusão de junta médica oficial, restou comprovado que Carmem se curou completamente da doença e está apta a voltar ao trabalho. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Bahia, no caso em tela:

- (A) não é cabível o retorno de Carmem ao serviço público, porque a aposentadoria por invalidez é ato irrevogável;
- (B) não é cabível o retorno de Carmem ao serviço público por determinação judicial, mas somente por vontade do próprio poder público estadual;
- (C) é cabível o retorno de Carmem ao serviço público, por meio da reintegração;
- (D) é cabível o retorno de Carmem ao serviço público, por meio da reversão;
- (E) é cabível o retorno de Carmem ao serviço público, por meio da readaptação.

22

João, servidor público civil estadual ocupante de cargo efetivo, com o objetivo de colaborar com sua irmã Maria, igualmente servidora pública estadual, que sofreu um acidente e estava impossibilitada de se locomover, atuou como seu procurador junto a determinada repartição pública estadual, para tratar de assunto relativo à percepção de remuneração e benefícios assistenciais em favor dela. Pelos fatos narrados, de acordo com a Lei Estadual nº 6.677/94 da Bahia, em matéria de sanção disciplinar, João:

- (A) não praticou falta funcional, mas está sujeito a ser advertido;
- (B) praticou falta funcional e está sujeito à pena de multa;
- (C) praticou falta funcional e está sujeito à pena de suspensão;
- (D) praticou falta funcional e está sujeito à pena de demissão;
- (E) não praticou falta funcional, porque existe autorização legal expressa para tal hipótese.

23

Em relação à licença à gestante e à adotante, o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia estabelece que:

- (A) à servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança de até 1 (um) ano de idade serão concedidos 30 (trinta) dias de licença;
- (B) pelo nascimento ou adoção de filho, o servidor terá direito à licença-paternidade de 20 (vinte) dias consecutivos;
- (C) no caso de aborto não criminoso, atestado por médico oficial, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de repouso;
- (D) no caso de natimorto, decorridos 5 (cinco) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico e, se julgada apta, reassumirá o exercício;
- (E) à servidora gestante será concedida, mediante atestado médico, licença por 90 (noventa) dias consecutivos.

24

Sobre a Ouvidoria Judicial, de acordo com o Regimento dos Órgãos Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo da Justiça da Bahia, aprovado pela Resolução nº 05, de 27 de março de 2013, é correto afirmar que:

- (A) sua finalidade é exclusivamente receber reclamações contra servidores da Justiça e magistrados, possibilitando aos cidadãos participação no aprimoramento dos serviços jurisdicionais;
- (B) a coordenação das atividades da Ouvidoria Geral é exercida por um Juiz de Direito de entrância final, denominado Assessor Especial, indicado pela 2ª Vice-Presidência e aprovado pelo Tribunal Pleno;
- (C) é o órgão destinado a programar, coordenar e executar as políticas e articulações dos processos de comunicação social, internos e externos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Presidência do Tribunal de Justiça;
- (D) é responsável por observar as normas e padrões técnicos relativos à segurança, manuseio de equipamentos de combate a incêndio e medidas de proteção contra acidentes nas instalações do Poder Judiciário;
- (E) é competente para promover a interlocução entre organismos sociais, imprensa, cidadão e Poder Judiciário, bem como tem por objetivo dar publicidade às ações do Judiciário.

25

Determinado Juiz de Direito do Tribunal de Justiça da Bahia foi denunciado criminalmente pelo Ministério Público Estadual, que lhe imputa a prática de crime comum. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, é competente para processá-lo e julgá-lo originariamente:

- (A) o Tribunal Pleno;
- (B) a Turma Criminal, escolhida por livre distribuição;
- (C) a Seção Criminal;
- (D) a Câmara Criminal, escolhida por livre distribuição;
- (E) o Juízo Criminal de primeiro grau do local do fato, escolhido por livre distribuição.

26

Consoante dispõe o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, compete ao Conselho da Magistratura:

- (A) organizar e publicar, anualmente, a lista de substituição dos juízes de primeiro grau;
- (B) dar instruções aos juízes, respondendo às suas consultas, sobre matéria administrativa;
- (C) publicar, até o dia 15 (quinze) do mês de janeiro de cada ano, a lista de antiguidade dos magistrados;
- (D) autorizar os servidores da Justiça a exercer comissões temporárias, a prestar serviços em outros órgãos públicos e a exercer cargos eletivos;
- (E) expedir os atos de nomeação, remoção, promoção, permuta, disponibilidade e aposentadoria dos magistrados e servidores do Poder Judiciário.

27

Em regra, dependem de preparo, consoante dispõe o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia:

- (A) os reexames de sentença e os recursos interpostos pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Fazenda Pública e por entidades da administração indireta, assim como as ações por eles intentadas;
- (B) os processos e recursos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente;
- (C) os conflitos de competência, as exceções de impedimento, de suspeição e de incompetência;
- (D) as ações diretas de inconstitucionalidade, as reclamações e os pedidos de intervenção;
- (E) os mandados de segurança, sendo que, quando indicados os litisconsortes, o preparo incluirá as cartas, inclusive as de ordem a serem expedidas.

28

De acordo com a Lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia, ao escrivão e ao diretor de Secretaria de Vara compete, de modo geral:

- (A) manter o edifício do fórum aberto e em condições de funcionamento, nos dias e no horário do expediente;
- (B) zelar pelo recolhimento da taxa judiciária e demais exigências fiscais;
- (C) escriturar, em livro especial, com discriminação de cada uma das Varas, a receita e a despesa dos depósitos, remetendo ao juiz competente o balanço mensal de escrituração;
- (D) fazer inventário e avaliação de bens e lavar termos de penhora;
- (E) cumprir os mandados, fazendo citações, intimações, notificações e outras diligências emanadas do juiz.

29

Consoante determina a Lei nº 10.845/2007, que dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia, para o pleno desempenho de suas finalidades, ao Poder Judiciário é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, que se traduz, entre outros, no seguinte atributo:

- (A) dispor de orçamento próprio, de sua iniciativa;
- (B) editar diretamente ato normativo com alteração do número de membros do Tribunal de Justiça;
- (C) sancionar lei sobre criação e extinção de cargos, inclusive de magistrados;
- (D) remeter ao Governador, para a devida nomeação e publicação na imprensa oficial, a lista dos aprovados em concurso público para ingresso na carreira da Magistratura;
- (E) editar diretamente ato normativo com alteração da organização e divisão judiciárias.

30

Em relação à pena disciplinar de demissão dos servidores da Justiça, a Lei nº 10.845/2007 (Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia) estabelece que:

- (A) a prescrição ocorre em 2 (dois) anos, a partir da data em que o fato se tornou conhecido;
- (B) é aplicada ao servidor estável, em virtude de sentença judicial ou de sindicância sumária;
- (C) ocorre nos casos de falta de cumprimento dos deveres funcionais;
- (D) é aplicável em casos de reiterada negligência;
- (E) é competente para aplicá-la o Conselho da Magistratura.

31

Em matéria de adicional por serviço extraordinário, o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia prevê que:

- (A) o serviço extraordinário será remunerado, em regra, com acréscimo de 100% (cem por cento) em relação à hora normal de trabalho;
- (B) somente será permitida a realização de serviço extraordinário para atender situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo, em regra, de 2 (duas) horas diárias;
- (C) o serviço extraordinário é aquele prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte;
- (D) fazem jus a seu recebimento os servidores que trabalham com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas ou com risco de vida;
- (E) fazem jus a seu recebimento todos os servidores contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

32

O Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia estabelece que compete ao Desembargador Revisor:

- (A) decidir os incidentes que não dependem de acórdão e executar as diligências necessárias ao julgamento;
- (B) indeferir petições iniciais de ações da competência originária do Tribunal;
- (C) sugerir ao Relator medidas ordinatórias do processo, que tenham sido omitidas, ou surgidas após o relatório;
- (D) homologar desistências e transações, e decidir, nos casos de impugnação, o valor da causa;
- (E) processar a execução do julgado, na ação originária, podendo delegar atos não decisórios a juiz de primeiro grau.

33

A Lei nº 10.845/2007 (Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia) dispõe que, para o exercício das atividades jurisdicionais, o território do Estado da Bahia constitui seção judiciária única, fracionada, contudo, para efeitos de administração da Justiça. Nesse contexto, entende-se como:

- (A) Subseção Judiciária, o agrupamento de Circunscrições Judiciárias;
- (B) Região Judiciária, o conjunto das Subseções Judiciárias;
- (C) Circunscrição Judiciária, o agrupamento de comarcas e comarcas não-instaladas, contíguas, com atuação distinta, embora integradas;
- (D) Comarca, unidade de divisão judiciária integrada jurisdicional e administrativamente a uma Vara constituída por mais de um juízo;
- (E) Vara, unidade de divisão judiciária autônoma, sede de juízo único, ou múltiplo quando desdobrada em vários juízos.

Noções de Informática

34

João está trabalhando num texto escrito em português. Porém, como há trechos que contêm longas citações em inglês, João fica incomodado pelas marcações que apontam erros de ortografia na maioria das palavras inglesas, pois o idioma do texto está definido como “Português”. Além disso, João gostaria que houvesse ajuda também para identificar e corrigir eventuais erros ortográficos nos trechos em inglês. No LibreOffice 4.2 uma solução para resolver essas dificuldades e conseguir o que João deseja é:

- (A) selecionar cada um dos trechos em inglês e desligar o corretor ortográfico para a seleção;
- (B) posicionar o cursor sobre cada um dos termos em inglês que foram marcados pelo corretor e adicioná-los ao dicionário em uso;
- (C) selecionar cada um dos trechos em inglês e alterar o idioma da seleção para “Inglês”;
- (D) reinstalar o LibreOffice no modo “personalizado” e escolher o conjunto completo de idiomas disponibilizados;
- (E) digitar os textos em inglês num arquivo separado, corrigir eventuais erros, e reuni-los novamente num único arquivo.

35

Considere duas planilhas, **LO** e **EX**, criadas respectivamente com o LibreOffice 2-4 Calc e o MS Excel 2010. O conteúdo das duas planilhas é idêntico, como descrito a seguir:

Célula	Fórmula	Valor
A1		2
A2		3
A3		5
A4		3
A5	=SOMA(A1:A4)	13

Considere que tenha sido efetuada uma sequência de comandos que removeu a terceira linha de cada planilha.

Após a execução desses comandos, o conteúdo da célula A4 em cada planilha **LO** e **EX**, respectivamente, é:

- (A) =SOMA (A1 : A3) e #VALOR!
- (B) =SOMA (A1 : A3) e =SOMA (A1 : A3)
- (C) =SOMA (A1 : A4) e =SOMA (A1 : A4)
- (D) =SOMA (A1 : A4) e =SOMA (A1 : A3)
- (E) #VALOR! e =SOMA (A1 : A3)

36

Analise as seguintes afirmativas a respeito das opções de configuração do navegador Chrome em sua versão mais recente.

I. A pasta onde os arquivos obtidos por download são gravados é necessariamente aquela que foi escolhida na página de configurações do Chrome. Para gravar um arquivo de download em outra pasta é preciso refazer essa escolha na tela de configurações.

II. Quando o Chrome é iniciado, há duas opções de inicialização: abrir a página nova guia, ou abrir uma página específica (ou conjunto de páginas). Não há opção para continuar de onde você parou na última utilização do Chrome.

III. Existe uma opção de configuração que determina se o mecanismo de preenchimento automático de formulários da Web com um clique deve ser ativado ou não.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) I e II;
- (C) II e III;
- (D) III;
- (E) I e III.

37

O professor Eduardo pretende aplicar uma prova para seus quase sessenta alunos, mas quer espalhá-los pela sala a fim de evitar grupinhos de cola. Olhando para a planilha MS Excel, onde mantém a lista de alunos e o controle de notas da turma, Eduardo teve a ideia de imprimir cada cópia da prova de modo personalizado, com o nome do aluno estampado no cabeçalho, e distribuí-las em ordem alfabética. A prova está sendo editada por meio do LibreOffice Writer.

Para aproveitar os dados da planilha e assim evitar o trabalho de digitar cada um dos nomes no documento, o professor Eduardo deve utilizar o recurso:

- (A) Galeria;
- (B) Filtros XML;
- (C) Tabela Dinâmica;
- (D) Mala Direta;
- (E) Objeto OLE.

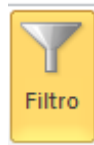
38

Depois de “copiar” (copy) um trecho de texto corrido, a operação “colar” (paste) no MS Word 2010 pode ser feita de diferentes maneiras. A opção “Colar especial.../Texto não formatado” faz com que:

- (A) o documento onde o trecho foi colado seja convertido para o tipo “Texto sem formatação (*.txt)”;
- (B) o trecho colado seja tratado como uma imagem *bitmap*;
- (C) o parágrafo onde o trecho foi colado seja formatado de acordo com o estilo “Normal”;
- (D) o trecho colado assuma a formatação correntemente aplicada ao ponto onde foi feita a colagem;
- (E) o trecho colado mantenha sua formatação original.

39

No MS Excel 2010, a guia “Dados” contém um procedimento identificado pelo ícone mostrado a seguir.



Um filtro aplicado a uma coluna X é usado para:

- (A) impedir a digitação, nas células da coluna X, de valores fora dos limites superior e inferior determinados por meio do filtro;
- (B) limitar os valores permitidos nas células da coluna X a uma lista especificada por meio do filtro;
- (C) exibir na planilha apenas as linhas que contenham, na coluna X, algum dos valores escolhidos por meio do filtro;
- (D) remover da planilha todas as linhas que não contenham, na coluna X, algum dos valores escolhidos por meio do filtro;
- (E) remover da planilha as linhas que contenham, na coluna X, valores que se repetem.

40

João vai fazer a apresentação de um relatório na sua empresa e preparou dois documentos: o primeiro é o relatório a ser projetado, já em formato PDF, de acordo com o padrão da empresa; o outro é um conjunto de anotações, gravadas num arquivo MS Word, contendo comentários que João gostaria de consultar durante a apresentação. Como a impressora onde João imprimiria suas anotações está indisponível, João precisa manter essas anotações na tela do computador, mas sem que estejam visíveis para a plateia, que deve ver na tela do projetor apenas o documento principal durante a apresentação.

No Windows 7, João pode obter uma configuração no computador que permita o que ele pretende:

- (A) abrindo o programa *Central de Sincronização*, no grupo *Acessórios*, e usando a opção *Gerenciar arquivos offline*;
- (B) abrindo o *Painel de Controle*, escolhendo *Ferramentas administrativas*, e usando a opção *Fontes de Dados*;
- (C) abrir o arquivo PDF por meio de um browser e usar o modo de visualização “lado a lado” no MS Word;
- (D) abrindo o programa *Conectar a um projetor* no grupo *Acessórios* (ou por meio de atalho), e usando a opção *Estender*;
- (E) abrindo o *Painel de Controle*, escolhendo *Gadgets da área de trabalho* (ou por meio de atalho), e usando a opção *Apresentação de Slides*.

Conhecimentos Específicos

41

A Comunicação Integrada é uma ferramenta que auxilia nas políticas de transparência e diálogo do Poder Judiciário com a sociedade brasileira, como no caso do TJ-BA. O termo “Integrada”, nesse contexto, significa que um dos objetivos principais da comunicação é o de:

- (A) relacionar as ferramentas de assessoria de imprensa com as ferramentas de marketing e divulgação;
- (B) defender o judiciário em momentos de crise nas relações com a sociedade;
- (C) avaliar as principais demandas sociais para subsidiar o julgamento dos magistrados;
- (D) mostrar para o público interno a importância de colaborar para a comunicação externa;
- (E) utilizar técnicas de manipulação da opinião pública para fortalecer a imagem do Judiciário.

42

O Marketing é uma disciplina que se desenvolveu, modernamente, nos Estados Unidos durante o século XX e que conta com diversas subdivisões e especialidades. A especialidade que pode ser mais bem utilizada na assessoria de órgãos públicos, como o TJ-BA, é o Marketing de:

- (A) distribuição;
- (B) serviços;
- (C) produtos;
- (D) guerrilha;
- (E) oportunidade.

43

Os desembargadores do Tribunal de Justiça da Bahia reuniram-se para desenvolver o planejamento de Comunicação dos próximos cinco anos. Decidiu-se por uma pesquisa para levantar o percentual da população do estado que conhece os procedimentos para a abertura de um processo judicial. A assessoria de comunicação do Tribunal apresentou a proposta para a realização de diversos *focus groups* (discussão em grupo). Para o caso em questão, essa metodologia é:

- (A) adequada, porque permite um levantamento rápido de informações;
- (B) adequada, porque os grupos são representativos do universo da população;
- (C) adequada, porque é a melhor ferramenta para levantamento de dados estratégicos;
- (D) inadequada, porque o estado da Bahia tem uma grande extensão territorial;
- (E) inadequada, porque deveria ser usada, uma ferramenta quantitativa.

44

O uso excessivo da linguagem técnica (chamada informalmente de “juridiquês”) por parte de juízes e desembargadores é um dos grandes desafios para a assessoria de imprensa dos órgãos públicos do Poder Judiciário. Para garantir que os jornalistas da mídia não especializada em Direito compreendam o que é falado pelos magistrados nas reportagens, o assessor deve:

- (A) redigir *press-releases* em linguagem coloquial, adiantando os temas de entrevistas;
- (B) contactar antecipadamente os pauteiros dos veículos para esclarecimentos;
- (C) realizar atividades de *media training* com juízes e desembargadores;
- (D) restringir o acesso aos magistrados e atuar como porta-voz do Poder Judiciário;
- (E) selecionar as perguntas em entrevistas coletivas para direcionar os assuntos.

45

A Comunicação Pública do Poder Judiciário tem características distintas de outras instituições do Estado. O princípio que distingue radicalmente a circulação da informação jurídica em relação à circulação da informação nos meios de Comunicação é o princípio do(a):

- (A) sigilo de justiça, que restringe as informações penais para os jornalistas;
- (B) transparência, que correlaciona a informação jurídica com os meios de comunicação;
- (C) dignidade humana, que visa a preservar as fontes de informação jornalística;
- (D) contraditório, que torna mais lenta a circulação da informação jurídica em relação à mídia;
- (E) ineditismo, que torna mais relevante uma informação nova, advinda ou não de um processo legal.

46

Uma empresa de autoria de imagem foi contratada por um órgão público. A principal fonte de informação para essa auditoria é a avaliação do(s):

- (A) *releases*;
- (B) entrevistas;
- (C) *clipping*;
- (D) *media training*;
- (E) jornalistas especializados.

47

A direção de um órgão público publicou uma norma determinando a substituição de termos em inglês para a língua portuguesa. A assessoria de Comunicação Institucional finalizava um manual para o público interno sobre as políticas e os procedimentos para o relacionamento com os *stakeholders*. Para se adequar à nova norma, o melhor termo para tradução de *stakeholder* é:

- (A) cliente;
- (B) governo;
- (C) organização;
- (D) mídia;
- (E) público.

48

As entrevistas *off the record* para jornalistas são utilizadas em situações especiais, pelas assessorias de imprensa. No caso do Poder Judiciário, que apresenta particularidades não encontradas em empresas privadas e mesmo em muitos órgãos públicos, essa prática deve ser utilizada para:

- (A) esclarecer o que não pode ser publicado e porquê;
- (B) esclarecer termos técnicos jurídicos para o público leigo;
- (C) divulgar ações e políticas dos órgãos do Poder Judiciário e dos magistrados;
- (D) divulgar para a imprensa as políticas da assessoria de comunicação;
- (E) divulgar fatos que estejam sob sigilo de justiça.

49

Um veículo impresso publica reportagem crítica sobre um órgão público. O repórter do veículo pede uma entrevista com um dirigente do órgão sobre a posição oficial. A entrevista provavelmente abordará temas polêmicos e necessitará de uma linguagem técnica para explicar mal-entendidos. Para o assessor de imprensa, a modalidade ideal para essa situação é a entrevista:

- (A) por escrito;
- (B) por telefone;
- (C) pessoal;
- (D) coletiva;
- (E) com o porta-voz.

50

A principal vantagem da divulgação de informações via notícias institucionais, veiculadas nos meios de comunicação, em vez da compra do espaço editorial, é:

- (A) a segmentação;
- (B) o alcance;
- (C) a credibilidade;
- (D) o imediatismo;
- (E) a interatividade.

51

A divulgação de informações internas de um órgão do Poder Judiciário gerou uma reportagem polêmica, provocando uma crise com a imprensa. A presidência do órgão, junto com a assessoria de imprensa, decidiu não conceder nenhuma entrevista sobre o caso e emitir uma nota com o ponto de vista oficial. Essa atitude está:

- (A) correta, porque uma nota é o melhor meio de comunicação de informações jurídicas;
- (B) correta, caso haja razões jurídicas para a não realização da entrevista;
- (C) incorreta, porque viola o princípio da transparência dos órgãos públicos;
- (D) incorreta, caso o presidente esteja diretamente envolvido com o caso;
- (E) incorreta, porque a nota causa mal-entendido com os jornalistas.

52

A assessoria de comunicação de uma organização deve elaborar o planejamento de comunicação para os próximos anos. A primeira fonte de informações que deve ser analisada para isso é o:

- (A) relatório anual da organização;
- (B) planejamento estratégico;
- (C) plano de marketing;
- (D) relatório para os acionistas;
- (E) plano institucional.

53

A produção de notícias voltadas para o público interno é uma das atividades mais importantes das assessorias de comunicação. O principal objetivo estratégico de longo prazo para a comunicação interna de uma organização é:

- (A) a divulgação de fatos relevantes da organização;
- (B) o fortalecimento da relação entre públicos interno e externo;
- (C) o auxílio nas políticas comerciais para aumento das vendas;
- (D) a humanização da empresa a partir da criação de notícias;
- (E) a transmissão da Visão, Missão e Valores corporativos.

54

Em um texto jornalístico, a utilização de uma “Pirâmide Invertida” em vez de uma “Pirâmide” distingue a Notícia de um Relato Factual não-noticioso porque:

- (A) subordina a informação à lógica do mercado;
- (B) ordena os fatos em função de sua importância;
- (C) descontextualiza as informações dos relatos;
- (D) privilegia o interesse humano das informações;
- (E) transforma linguagem formal em informal.

55

O primeiro meio de comunicação que foi global, interativo e em tempo real é:

- (A) o jornal;
- (B) o telégrafo;
- (C) o rádio;
- (D) a televisão;
- (E) a internet.

56

Em meados dos anos 1970 foi proposto um modelo de comunicação nomeado “Efeito de Enquadramento” (*Framing Theory*), segundo o qual a mídia influi no modo de interpretação dos receptores ao enquadrar a mensagem numa moldura (*frame*) de referências anteriores. Desse modo, a mídia acaba determinando a compreensão dos fatos noticiados a partir do momento em que referencia o acontecimento a um dado contexto. Daí, infere-se que:

- (A) a apuração precisa dos fatos assegura a isenção jornalística e consequentemente a apreensão objetiva da realidade;
- (B) o uso sistemático de expressões rotulatórias no texto jornalístico pode reforçar o senso comum;
- (C) todo o conhecimento humano advém das mensagens construídas pela mídia de massa;
- (D) para identificar os enquadramentos basta conhecer a linha editorial do veículo de comunicação;
- (E) as referências pessoais dos receptores rechaçam o poder da mídia junto à opinião pública.

57

O enfoque pretendido, as fontes essenciais e um roteiro com perguntas são alguns elementos constantes em pautas. O planejamento facilita a apuração jornalística e ajuda a organizar o que a reportagem quer demonstrar. Contudo, o repórter deve observar que a pauta NÃO:

- (A) é *camisa de força*;
- (B) é plano de ação;
- (C) traz ângulo de abordagem;
- (D) prescinde de abordagem temática prévia;
- (E) traz premissas.

58

Assoberbado com o número de pautas recebidas, o repórter de um fictício veículo de imprensa reproduziu a declaração de uma fonte sem cruzar dados que garantiriam a veracidade do depoimento - fornecido de boa-fé. Checar a validade do que é declarado é pressuposto do trabalho do jornalista, de modo a:

- (A) priorizar o volume informativo como qualidade da apuração;
- (B) relativizar a informação em *off*;
- (C) estabelecer o rigor no levantamento dos dados para a qualidade da informação;
- (D) sistematizar mecanismo de controle posterior à publicação;
- (E) valorizar o papel do assessor de imprensa ou porta-voz.

59

“O IPCA avançou 0,51% em novembro, acumulou alta de 6,56% no período de doze meses e fez com que a inflação estourasse o teto da meta de 6,5% estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional”. Com base no texto acima, é correto afirmar que o redator do jornal utilizou o seguinte lead:

- (A) Citação;
- (B) Contraste;
- (C) Chavão;
- (D) Composto;
- (E) Pessoal.

60

O produtor de um determinado programa radiofônico noticioso solicitou ao editor de áudio que, logo após a veiculação da *trilha característica*, inserisse uma trilha musical. Porém, essa passagem não poderia ser feita através de corte seco e simultaneamente à exibição da trilha musical, haveria a locução do repórter. A solicitação do produtor se justificava na medida em que o tempo disponível para a plástica era exíguo. A solução encontrada foi cortar:

- (A) em *fade off a característica*, e na sequência sobrepor trilha musical (em *BG*) e locução;
- (B) a seco a *característica*, rodar trilha musical efetuando sobre e desce (*fade in e fade out*), e na sequência introduzir locução;
- (C) em *fade off a característica*, introduzir trilha musical em *fade in*, e na sequência iniciar a locução;
- (D) a seco a *característica*, rodar trilha musical (*fade in*), e na sequência a locução (*fade in*);
- (E) em *fade off a característica*, e na sequência sobrepor trilha musical e locução (em *BG*).

61

A editora-executiva de uma publicação voltada para celebridades selecionou trechos de falas de um músico, concedidas a outros veículos de comunicação, para compor uma entrevista na qual o leitor tinha a impressão de que era material exclusivo. Em nenhum momento as fontes de pesquisa foram citadas e somente após o veemente protesto do músico, de que não havia concedido entrevista para aquela jornalista, a publicação reconheceu publicamente a burla. O trabalho jornalístico é o de explicar o encadeamento de eventos que produziram o fato, num pacto social de credibilidade entre emissor e receptor. Daí, conclui-se que:

- (A) o jornalismo literário ficciona o real sem comprometimento do pacto social de credibilidade;
- (B) a fragmentação, o imediatismo e a fugacidade são elementos que caracterizam as publicações sensacionalistas;
- (C) a queda na circulação das publicações impressas face às novas plataformas digitais justifica o emprego de táticas editoriais que privilegiam o furo jornalístico;
- (D) o rompimento do pacto de confiança compromete a credibilidade não apenas da editora-executiva, mas também da publicação;
- (E) é plausível utilizar trechos de entrevistas concedidas a outras empresas jornalísticas, mixando com hipotéticas perguntas, para sugerir ao leitor que o material é exclusivo.

62

“Jornalismo é espaço público por onde são transferidas informações relevantes, com potencial para alterar a realidade, que se sucedem no tempo e no espaço, objeto de interesse da coletividade e abrangidos pelos seus critérios de cobertura. Essas informações têm de ser transmitidas com honestidade, fidelidade, precisão e responsabilidade. Devem ser mediadas por um processo ético, rigoroso, criterioso, isento, imparcial, sem preconceito e independente na sua apuração, organização, hierarquização, aferição e difusão dos acontecimentos. Também é necessário que estejam acompanhadas de contextualizações e análises confiáveis e sejam apresentadas com linguagem clara, precisa e objetiva, que permita elucidação e esclarecimento de seus significados, de suas causas e de seus efeitos na sociedade” (Manual de Jornalismo da EBC, 2013). A partir da leitura do parágrafo acima, é possível apreender alguns dos pressupostos do Jornalismo Público, com destaque para:

- (A) subordinação do Jornalismo Público à política de comunicação social delineada pelo Ministério das Comunicações do Brasil;
- (B) fomento à construção da cidadania, ao aperfeiçoamento da democracia e à participação da sociedade;
- (C) atendimento a todos os atores sociais brasileiros, com ênfase nas produções jornalísticas que traduzam a estereotipia cultural em vez dos regionalismos;
- (D) valorização e defesa dos interesses estatais através de cobertura jornalística que se oponha à chamada grande mídia;
- (E) veiculação de questões de interesse do público uma vez que as rádios recebem outorgas públicas para operação.

63

O Secretário de Segurança Pública foi convidado a participar do telejornal local a fim de explicar o porquê do aumento de assaltos a pedestres registrados durante o mês de dezembro. Um problema de última hora impossibilitou a ida do Secretário aos estúdios para participar ao vivo, mas ele enviou um áudio de um minuto e trinta segundos via *Whatsapp*. Devido a problemas na captação, apenas trinta segundos de fala apresentavam condições técnicas para serem levados ao ar. A Direção da emissora considerou válido o depoimento e fez uso do material da seguinte forma, tendo em vista os critérios éticos na prática do telejornalismo:

- (A) veiculou o áudio, na íntegra, gravado pelo Secretário e para ilustrar se valeu de imagens de arquivo;
- (B) utilizou apenas a parte da fala que apresentava condições técnicas, coberta por uma foto de arquivo do Secretário;
- (C) simulou a entrada ao vivo por telefone do Secretário de Segurança Pública e, na sequência, desculpou-se com os telespectadores pela qualidade do áudio;
- (D) transcreveu a fala na íntegra e solicitou que um dos apresentadores do telejornal lesse ao vivo o texto, cobrindo essa fala com uma foto de arquivo do Secretário;
- (E) destacou dois trechos de quinze segundos da fala do Secretário e cobriu com imagens e depoimentos que contradiziam o que ele havia afirmado.

64

Uma das revistas semanais ilustradas mais importantes na história do jornalismo brasileiro foi *O Cruzeiro*, dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, lançada em 1928. Dentre as razões que explicam seu declínio e a retirada da publicação de circulação estão:

- (A) falecimento de Assis Chateaubriand e a imediata venda das empresas que compunham os Diários Associados;
- (B) suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, e consequente perda de anúncios institucionais do governo;
- (C) concorrência acirrada, dissensões internas e obsolescência do maquinário gráfico;
- (D) entrada de grupos de comunicação internacionais, o que aumentou a disputa pelo mercado editorial brasileiro;
- (E) gastos elevados para produzir reportagens e manter sucursais no Brasil e correspondentes no estrangeiro.

65

Reportagens assistidas por computador, monitoramento das redes sociais para proposição de pautas jornalísticas e uso de tecnologias digitais para produção e recepção de informação se tornaram presentes nas redações. Os profissionais de imprensa, a partir da concepção de trabalho multiplataforma e interconectado, passam a se dedicar também ao nicho dos dispositivos móveis. Daí conclui-se que:

- (A) o acesso de sites noticiosos por intermédio de computadores de mesa apresenta queda acentuada uma vez que usuários utilizam dispositivos móveis para buscar informação;
- (B) é necessário desenvolver conteúdo noticioso apropriado para os usuários das tecnologias móveis celulares, tendo em vista a especificidade do meio;
- (C) não há necessidade de novos custos para propaganda uma vez que os mesmos anúncios concebidos para sites também são disponibilizados nos dispositivos móveis;
- (D) a customização da notícia para dispositivos móveis resulta no inequívoco aumento de custos para as empresas jornalísticas devido às contratações de pessoal;
- (E) tecnologia celular não envolve padrões de consumo diferentes de tablets e outros dispositivos.

66

A editora responsável pela publicação de um jornal de circulação nacional veiculou matéria jornalística na qual atribuiu levemente a um cidadão a autoria pelo crime de furto de veículo. A Constituição Federal e os Códigos Penal e Civil passaram a ser usados como base a partir da revogação da Lei de Imprensa, em 2009. A Lei de Imprensa, editada em 1967, por sua vez, previa em situações semelhantes a exposta acima:

- (A) publicação na edição impressa, com destaque, e na mesma seção da matéria original, a notícia da retratação;
- (B) suspensão em caráter irrevogável de circulação da publicação pelo período de dois anos;
- (C) destinação de toda a renda obtida com a venda dos exemplares do mês em que a notícia foi veiculada em valores corrigidos;
- (D) impressão gratuita de até 100 mil folhas, tamanho A3, com a notícia da retratação, a serem distribuídas nos municípios onde circula o jornal;
- (E) retratação do proprietário da editora na capa do jornal e publicação da errata na mesma seção da matéria original.

67

Com relação à organização da notícia em jornalismo impresso, o redator optou por distribuir, na seguinte ordem, os elementos constituintes da matéria no formato de pirâmide invertida: (L1) + (L2) + (E1) + (D1) + (E2) + (D2). A fórmula que representa, na mesma ordem mencionada acima, os elementos da notícia é:

- (A) lead + primeira documentação, relativa ao lead + primeiro entretítulo + sublead + segundo entretítulo + documentação relativa ao sublead;
- (B) sublead + lead + primeiro entretítulo + primeira documentação, relativa ao lead + segundo entretítulo + documentação relativa ao sublead;
- (C) primeiro entretítulo + sublead + lead + primeira documentação, relativa ao lead + segundo entretítulo + documentação relativa ao sublead;
- (D) sublead + segundo entretítulo + documentação relativa ao sublead + lead + primeiro entretítulo + primeira documentação, relativa ao lead;
- (E) lead + sublead + primeiro entretítulo + primeira documentação, relativa ao lead + segundo entretítulo + documentação relativa ao sublead.

68

No processo de produção das notícias nos telejornais, os jornalistas/editores realizam uma série de recortes sobre fatos e acontecimentos com o objetivo de transformá-los em notícias dentro das regras e normas estabelecidas pelo campo jornalístico. Destaca-se como correta a orientação de:

- (A) adjetivar o texto a fim de permitir ao apresentador não passar dados emocionais ou empáticos através da entonação da voz;
- (B) dispor o *lead* para que ele figure na voz do apresentador, mostrado no estúdio, ou na cabeça gravada, em que o repórter aparece no vídeo, falando da locação do acontecimento;
- (C) narrar um texto em *off*, pois possibilita ao repórter aparecer no vídeo por um período de tempo maior;
- (D) utilizar o gerador de caracteres para alternar texto e imagem, o que contribui para o entendimento da matéria;
- (E) repetir o *lead*, já lido pelo apresentador, na cabeça do texto do repórter, o que ajuda na apreensão da informação principal.

69

Para a realização de um documentário em vídeo, a título de trabalho de conclusão de disciplina do terceiro ano do ensino médio, um aluno utilizou softwares específicos para edição. Para tanto, ele utilizou como programas de edição de fotografias, vídeo e áudio, respectivamente:

- (A) Picasa; Audacity; Adobe Illustrator;
- (B) Windows Media Encoder; Windows Media Player; Soundforge;
- (C) Picasa; Windows Movie Maker; Audacity;
- (D) Adobe Illustrator; Picasa; Soundforge;
- (E) Windows Media Player; Windows Movie Maker; Audacity.

70

Em determinada matéria do telejornal local, foram exibidas imagens, narradas pelo repórter, sem que ele, no entanto, aparecesse no vídeo. O texto se refere ao seguinte recurso jornalístico:

- (A) deixa;
- (B) nota pelada;
- (C) passagem;
- (D) *off*;
- (E) *stand-up*.

Redação

É motivo de pública discussão a adoção de novas regras para os meios de comunicação. O objetivo declarado dos defensores da ideia é regulamentar os artigos da Constituição que tratam da comunicação social enquanto os críticos da iniciativa argumentam que por trás dessa mobilização pode existir a intenção de controlar a imprensa e tolher a liberdade de expressão.

Nossa Constituição, por outro lado, diz o seguinte:

Art. 220. Veda a censura e diz que a lei não pode criar embaraço à liberdade de informação jornalística

Art. 220. Proíbe monopólios e oligopólios nos meios de comunicação

Art. 221. Diz que a lei definirá cotas para produção regional

Art. 222. Impõe limites à participação de estrangeiros no setor

E você, de que lado fica? Explique o que pensa sobre o tema, em texto expresso em língua culta, de no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, cuidando especialmente da estrutura textual e dos argumentos utilizados na defesa de sua posição.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Realização

